



41

Antropologias e Africanidades: Ensaio

Mara Sirlei L. Peres
Agemir Bavaresco
(Orgs.)

 editora fi

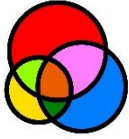
Configurava-se nessa perspectiva a constituição de um grupo de trabalho imbuído em participar da organização coletiva de um livro através da produção acadêmica sobre a temática. Essa realidade foi sendo estruturada corroborando com os ensaios produzidos no âmbito da Educação, Filosofia, Antropologias, História, Política e o Direito. A meta era reunir a contribuição de cada um dos pesquisadores, sob a temática norteadora: Antropologias e Africanidades, apresentada em forma de ensaios. Os ensaios do livro resultaram desse empenho coletivo. Saliento que todos se encontravam em intensa atividade acadêmica, mas não esmoreceram. Destaca-se ainda que os pesquisadores intencionalmente, encaminharam a temática para a disciplina de atuação: História, Literatura, Filosofia. Pode-se observar que o conjunto formado pelos ensaios expôs um contexto alinhado aos movimentos em defesa de políticas públicas que visem dirimir a complexidade étnico-social dos afro-descendentes no Brasil e o atendimento à Lei 10.639/03 no currículo escolar. A ênfase na diversidade que estas cunharam resultou na interdependência da temática em diferentes nuances. A experiência foi gratificante tendo em vista o esmero com que todos efetivamente trabalharam.

 editora fi
www.editorafi.org



9 788566 923940





Série
Filosofia & Interdisciplinaridade

41

Mara Sirlei Lemos Peres
Agemir Bavaresco
Organizadores

Antropologias
& Africanidades:
*Ensaio*s

Porto Alegre
2016

| Φ editora fi

Antropologia da tecnologia: o ser humano cosmopolita e a “insociável sociabilidade”

*Agemir Bavaresco*¹²

Fischer propõe uma antropologia da ciência e da tecnologia para a nova geração de modo a traduzir as genealogias herdadas para os futuros públicos. Os futuros públicos difundem-se de modo global, onde o conhecimento é gerado e as infra-estruturas construídas de modo a implicar engajamentos e pluralismo cultural. Os futuros públicos surgem em todos os níveis, por exemplo, nas ciências, na implementação da *World Wide Web*, nos laboratórios etc. Os futuros públicos constituem-se onde as múltiplas tecnologias interagem para criar contextos de tomada de decisões, por exemplo, éticas ou políticas.

As mudanças operadas passando pela sociologia da ciência mertoniana (Robert Merton acentua a objetividade neutra); depois, para a *Sociology of scientific knowledge* (SSK) que analisa o que os cientistas fazem; mais ainda, para a *Social Construction of Technology* (SCOT) em que os construtivistas sociais defendem que a tecnologia não determina a ação humana, mas é esta que constrói a tecnologia; enfim, a mudança das etnografias antropologicamente informadas, isto é, a etnografia virtual que coleta dados, através do

¹Pesquisador e Docente da Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). www.abavaresco.com.br – e-mail: abavaresco@puhrs.br

² Parte deste texto já foi publicado em forma de artigo: BAVARESCO, A.; PORTO, T.; MARTINS, G. Redes sociais e redes humanas ou a lógica da insociável sociabilidade humana. In: *Veritas*. Porto Alegre, v. 60, n. 2, maio-ago. 2015, p. 387-393.

ambiente virtual, utilizando os diversos materiais acessíveis na rede, faz análises, interpreta e observa comunidades no ciberespaço. As antropologias da ciência e da tecnologia devem estar “atentas aos conversores culturais das comunidades heterogêneas nas quais as ciências são cultivadas e as tecnologias povoadas, e às instituições sociais reflexivas, dentro das quais as tecnociências médicas, ambientais, informacionais e outras devem cada vez mais operar” (FISCHER, 2009, p. 73).

As instituições sociais reflexivas são organizações autodirigidas e respondem a novas circunstâncias mais rapidamente do que “as formas burocráticas e rígidas dos impérios agrários, das sociedades industriais e das economias que funcionam como sistemas fechados, em regimes de controle de produção (*input-output*) e planificados” (id. p. 74). As instituições reflexivas são sensíveis às demandas por tomadas de decisões democráticas em sociedades plurais. A antropologia da ciência e da tecnologia, afirma Fisher, precisa estar atenta para tornar essas instituições mais reflexivas, inclusivas e abertas “à negociação dos interesses, das exigências e das demandas em conflito, de forma a estabelecer condições de legitimidade, sem, assim, torná-las ingovernáveis ou formalistas” (Id. p. 75).

Movemo-nos para mundos interconectados a partir da infra-estrutura da informática que requerem novos modos de tomada de decisão social reflexiva, implicando valores instrumentais, sociais e culturais diferentes. Ainda precisamos da antropologia da ciência e da tecnologia para criar e reconstruir formas de vida emergentes, segundo as linguagens de programação orientadas para o objeto dos SSK, da SCOT e as análises sociais das etnografias virtuais para reconstruir as esferas públicas, da sociedade civil e da política.

Fischer descreve quatro genealogias das antropologias da ciência e da tecnologia: Tramas culturais,

epistemologias e democracias vindouras; linguagens de programação orientadas pelo objeto: SSK, SCOT e ANT; etnografias antropológicamente informadas da ciência e da tecnologia; e os mundos tecnocientíficos cosmopolitas emergentes do século XXI.

1ª *Tramas culturais, epistemologias e democracias vindouras* (anos 1930 e 60): Nesse período três debates são relevantes: O debate sobre a tecnologia (Heidegger versus Escola de Frankfurt); o debate sobre a definição, da autonomia e da unidade da ciência (Círculo de Viena; J. D. Bernal versus Michael Polanyi); o debate sobre fenomenologia (1950-50) e seus sucessores no período do pós-guerra (1968): o estruturalismo, a hermenêutica e o pós-estruturalismo como método tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais (cf. id. p. 79). Nos debates sobre a tecnologia dos anos 1930, a questão era, de um lado, o equilíbrio entre a regulação ou direção social, e de outro, a individuação e as responsabilidades morais no âmbito dos poderes organizacionais e infra-estruturais. Tudo isso, no pós-guerra, focou-se no debate entre a fenomenologia, o existencialismo e o estruturalismo (Cf. Id. p. 88).

A partir da perspectiva do século XXI, todos estes debates “constituem uma espécie de pré-história dos estudos da ciência, tecnologia e sociedade (STS), no sentido de terem demarcado temporal e conceitualmente um território a ser pesquisado pelas gerações seguintes” (id. p. 80). As guerras da ciência, autonomia da ciência versus aplicação para fins sociais, demarcação e método continuam valendo como sinapses produtivas de novos contextos epistemológicos.

2ª *Linguagens de programação orientadas pelo objeto: SSK, SCOT e ANT* (anos 1980): Os programadores de computadores servem - se de objetos já prontos para efetuar a programação. O modelo de programação serve como uma ferramenta para criar conceitos, vocabulários, metáforas e discutir utilidades, significados e justificações.

As linguagens orientadas para o objeto ao “estilo STS são entidades duplas, simultaneamente ferramentas e protocolos para reprodução confiável e geradora de excesso, de surpresa e de inesperado”, porém, “sugiro que esse lado puritano (disciplinador, apolíneo, de pura razão) do protocolo necessita de um certo afrouxamento em favor do lado experimental alegre (nietzschiano, dionisíaco, de produção de excesso)” (Id. p. 98).

A denominada nova sociologia da ciência - STS (ciência, tecnologia e sociedade), SSK (ciência social do conhecimento), SCOT (construção social da tecnologia) e ANT (teoria do ator-rede) – ajuda a compreender a infraestrutura e instituições de nossas sociedades contemporâneas, bem como a entender as novas identidades, categorias, objetos e formas culturais, vocabulários e enfoques para uma antropologia dos mundos tecnocientíficos do século XXI.

3ª *Etnografias antropológicamente informadas da ciência e da tecnologia* (dos anos 1980 ao presente): A etnografia das ciências e da tecnologia procurou compreender as rápidas mudanças, ampliando a visão das sociologias da ciência, apresentando atores, responsabilidades institucionais, surgimento de novas instituições reflexivas, os conhecimentos ambientais e ecológicos; os mundos em rede incluindo os computadores, os sistemas de software, a internet e os sistemas em rede tornaram-se espaços de condições pós-modernas do conhecimento.

Constata-se o surgimento de instituições sociais reflexivas e novos públicos: “Trata-se de uma mutação da esfera pública do século XXIII, criada por meio de jornais e de discussões em cafés, com seus ideais reguladores entre a sociedade civil e o Estado (Habermas, 1962), e da noção de Dewey (1927) do público como consequência inesperada da ação política que os especialistas não puderam prever ou antecipar” (Id. p. 116). Esses novos públicos recursivos, segundo Kelty, preocupam-se com a

autonomia, “modificação material e prática dos meios de sua própria existência como público, como um coletivo independente de outras formas do poder constituído” (2008, p.2). Esses públicos recursivos estão sempre se modificando, criando, experimentando novos protocolos, padrões técnicos, debatendo o significado cultural das mudanças e opções infra-estruturais, monitorando códigos acadêmicos e comerciais, pressionando por soluções para que o direito e o mercado mais do que inibir possam garantir abertura a direitos autorais e segredos comerciais. Não se trata apenas de uma instituição social reflexiva, mas de públicos recursivos em “que essa invenção e esse controle precisam ser amplamente compartilhados, abertamente examinados e cuidadosamente monitorados” (Id, p. 117). Fischer conclui a análise sobre a terceira genealogia afirmando que ela “é composta por investimentos nos mundos para além do laboratório, por uma problemática de emergência e por um método etnográfico de encontro epistemológico de tipo antropológico”, isto é, “a reconstrução de um projeto antropológico transcultural, geograficamente disperso, linguisticamente informado e historicamente variado” (Id. p. 123).

4ª Os mundos tecnocientíficoscosmopolíticos emergentes do século XXI: A antropologia está face à novos objetos epistêmicos dialógicos que surgem nas relações agonísticas, competitivas e transnacionais, em que “o discurso cívico e ético desloca-se dos direitos universais e das questões de fato para as questões de valor, a ética médica, a convivência com a alteridade e a atenção ao rosto do outro” (Id. p. 128).

A cosmopolíticatecnocientífica que encara o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em um contexto global – político, econômico, material e de rede – mais do que como cadeias simplificadas de histórias das ideias no âmbito das diferentes

disciplinas, constitui um terreno, um “platô ético” que transforma o pensamento tradicional sobre a relação centro-periferia e sobre as relações imperiais de poder, sobre o papel das linhagens de orientação dos cientistas nacionais e transnacionais, sobre a mobilidade de cientistas e sobre a pluralidade das manifestações concretas de projetos, competições, colaborações e agenciamentos (Id. p. 132).

Trata-se da criação de uma nova consciência política a partir do agenciamento dos recursos políticos, das comunidades tecnocientíficas no seio das novas gerações de cientistas, engenheiros, físicos, pesquisadores e públicos em geral. Portanto, o desafio é conceber instituições sociais reflexivas que ajudem a construir os públicos que se constituem à nossa volta de forma recursiva. Vive-se uma nova era da criação de novos tipos de públicos recursivos a partir de experiências de rede em expansão. “Os mundos cosmopolíticos da cosmociência estão se tornando cada vez mais diversos, disseminados e dependentes de uma heterogeneidade que, ao mesmo tempo, exige e anima as antropologias vindouras” (Id. p. 140).

As quatro genealogias descritas acima são complementares em suas tramas culturais, mundos e instituições sociais e agenciamentos tecnocientíficos. Segundo Fischer, a antropologia da tecnologia não pode mais contentar-se com denúncias genéricas da alienação do mercado, da tecnicização da vida ou da globalização, mas atentar para os futuros públicos mais conectados em rede, mais transparentes e mais acessíveis. As antropologias vindouras apontam para processos diaspóricos e formação de identidades híbridas e transnacionais.

A antropologia da tecnociência leva em conta as formas emergentes dos futuros públicos cosmopolitas institucionalizados pelas redes sociais e suas implicações na

economia política. A antropologia kantiana³ deixou-nos um legado dos debates sobre os cosmopolitismos utópicos e distópicos e as antropologias vindouras. Os contextos institucionais reflexivos e as genealogias das antropologias da ciência e da tecnologia apresentadas, rapidamente, descrevem conceitos, modelos, comparações e contrastes sobre a pesquisa em antropologia e suas conexões com o cultural, o natural, o corporal, o científico e o tecnológico. Fischer apresenta uma antropologia dinâmica conectada com os problemas atuais, como a ciência e a tecnologia “sem perder sua humanidade”, mantendo, tensionalmente, os pés plantados tanto nas ciências sociais como nas humanidades (cf. Fischer, p. 199). “Uma tal antropologia não se pergunta apenas o que são os seres humanos, mas o que se pode esperar deles, de suas ‘sociabilidades insociáveis’, que em princípio, deveriam ser capazes do exercício da liberdade e do refinamento das moralidades sociais” (Id. p. 199). As sociabilidades não se encontram já dadas como a ciência e a tecnologia, mas estão sempre em construção e inovação, em invenção e criação. Trata-se de sociabilidades que resistem à sociabilidade, isto é, a configurarem-se ao dever ser da humanidade segundo éticas e cidadanias cosmopolitas. A intensa pressão da conectividade conflitiva e contraditória das redes sociais inserem o ser humano num contexto que opera “a partir de desafios mutantes e intensificantes de complexidade, diversidade e alteridade” (Id. p. 199).

³ “No século XXI, os cosmopolitismos e a cosmopolítica se tornaram parte de uma série de slogans que fazem, em princípio, reviver, que retributam e reiniciam os processos que Immanuel Kant observou e promoveu, embora hoje sob as condições transformadas da globalização ou *mundialização* teletecnológica. As antropologias pós-kantianas são mensagens de Kant para futuros que ele não podia imaginar, futuros que são rendimentos dos investimentos iluministas em carteiras globais expandidas” (Fischer, 2009, p. 199-200).

A antropologia kantiana faz um diagnóstico penetrante do ser humano, pois este carrega em si a contradição da “insociável sociabilidade”. De um ponto de vista antropológico, Kant vincula a finalidade da natureza humana com o desenvolvimento das disposições racionais da humanidade e sociedade civil na expressão da insociável sociabilidade, explicitada na Quarta Proposição da *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (2003, p. 8):

O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo delas na sociedade, na medida em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis desta sociedade. Eu entendo aqui por antagonismo a *insociável sociabilidade* entre os homens.

Kant entende pela expressão insociável sociabilidade a tendência de os seres humanos viverem em comum e, ao mesmo tempo, viverem isolados, ou seja, há uma inclinação de associar-se e de separar-se, “porque encontra em si, ao mesmo tempo, uma qualidade insociável de querer conduzir tudo simplesmente em seu proveito” (2003, p. 8). Por isso a vida social dos seres humanos antes ou depois da sociedade civil é marcada pela oposição entre os indivíduos. A insociabilidade humana está vinculada a três manias: a mania de honras, de dominação e de posse que podem ser compreendidas como impulsos naturais ao querer exercer uma influência sobre os outros seres humanos. Porém, a insociabilidade tem uma função de superação:

Agradeçamos, pois, à natureza as intratabilidades, a vaidade que produz a inveja competitiva, pelo sempre insatisfeito desejam de ter e também de dominar! Sem eles todas as excelentes disposições

naturais da humanidade permaneceriam sem desenvolvimento num sono eterno (KANT, 2003, p. 9).

A insociável sociabilidade humana é um meio para a realização da humanidade, isto é, o ingresso na sociedade civil e na confederação de nações é a condição necessária para que “a tendência natural à insociabilidade produza o melhor efeito: o progresso da humanidade em direção à realização de todas as suas disposições” (NADAI, 2006, p. 127-128).

A expressão kantiana da insociável sociabilidade explicita a contradição do ser humano em sua comunicação em redes sociais, pois nele há, de um lado, uma tendência incontornável a sociabilidade através da permanente conexão instantânea da realidade virtual e, de outro, a insociabilidade como isolamento, separação e fragmentação em suas manias de dominação, sendo esta contradição um empuxo para o desenvolvimento de sua insociável sociabilidade e assim realizar suas melhores disposições de comunicação.

Referências

- FISCHER, Michael M. J. *Futuros Antropológicos. Redefinindo a cultura na era tecnológica*. Trad. Luiz F. D. Duarte. Rio de Janeiro: 2009.
- NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia da USP, São Paulo, 2006.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KELTY, Christopher. *Two Bits: Free Software and the Social Imagination after the Internet*. Durham, Duke University Press, 2008.